



Acta Scientiarum. Education

ISSN: 2178-5198

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Lauand, Jean

Tomás de Aquino: filosofia e pedagogia

Acta Scientiarum. Education, vol. 34, núm. 1, enero-junio, 2012, pp. 11-18

Universidade Estadual de Maringá

Paraná, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303325322013>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en [redalyc.org](http://redalyc.org)

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal  
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto



## Tomás de Aquino: filosofia e pedagogia

Jean Lauand

Departamento de Filosofia da Educação e Ciência da Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Av. da Universidade, 308, 05508-040, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: [jeanlaua@usp.br](mailto:jeanlaua@usp.br)

**RESUMO.** O artigo discute a conexão entre filosofia e educação em Tomás de Aquino. Em sua antropologia filosófica, destacam-se três aspectos de grande atualidade para a educação hoje: a valorização da matéria no ser do homem, a primazia da virtude da prudência entre as virtudes cardinais e a *philosophia negativa* (e *theologia negativa*). A intrínseca união entre espírito e matéria, *anima forma corporis* tem também importantes consequências pedagógicas, tanto para a educação intelectual quanto para a moral. E está na base de seu *De prudentia*, que pressupõe também sua perspectiva negativa.

**Palavras-chave:** Tomás de Aquino, educação, antropologia, espírito e matéria, filosofia negativa, prudência.

### Thomas Aquinas: philosophy and pedagogy

**ABSTRACT.** This article discusses the connection between philosophy and education in Thomas Aquinas. In his Philosophical Anthropology there are three aspects very important for education today: the affirmation of matter as an essential in human being, the primacy of prudentia over the cardinal virtues and his *philosophia negativa* (and *theologia negativa*). The intrinsec union spirit-matter, *anima forma corporis* has important pedagogical consequences, both in intellectual and in moral education. And it is the basis for his Treatise *On Prudence*, which presupposes his negative perspective too.

**Keywords:** Aquinas, education, anthropology, spirit and matter, negative philosophy, prudence.

### Introdução

Tomás de Aquino (1224/5-1274) é, sem dúvida, o mais importante pensador medieval. Sua filosofia – indissociável da teologia, em sua época – tem importantes projeções pedagógicas, também para o educador de hoje, para além do interesse meramente histórico. Neste estudo, destacaremos três aspectos, de especial atualidade, do pensamento tomasiano: a valorização do mundo material; a afirmação da primazia da virtude da *prudentia*; e sua perspectiva ‘negativa’ em filosofia.

A vida de Tomás de Aquino está centrada no século XIII. Desde o século anterior – um século de renascimento cultural, após um longo período de aridez intelectual – já se estabeleciam as condições que possibilitaram as profundas inovações trazidas pelo pensamento do Aquinate.

De fato, com a queda do Império Romano no Ocidente (consumada em 476) e consequente instalação de reinos bárbaros no espaço geográfico da extinta Roma, a primeira Idade Média encontrava-se em condições precárias de cultura e educação. O esplendor da cultura clássica foi substituído pela ‘idade das trevas’: tribos bárbaras, não só analfabetas, mas (até há pouco) ágrafas, são a nova realidade dominante na Europa.

Do ponto de vista cultural e pedagógico, alguns autores, como Josef Pieper, preferem estabelecer o ano 529 como marco inicial da Idade Média. Nesse ano, ocorrem dois fatos emblemáticos: o imperador Justiniano (o Império Romano no Oriente permanecerá até 1453) fecha a Academia de Atenas: já não haverá lugar para a cultura pagã. E São Bento funda o mosteiro de Monte Cassino: não por acaso, os primeiros séculos medievais são, na História da Educação, chamados de ‘Idade Beneditina’.

Os mosteiros beneditinos serão, em meio à desolação cultural da primeira Idade Média, o refúgio onde se alojará e conservará o pouco conhecimento que restou do fim da Antiguidade. Graças a educadores como Boécio e Cassiodoro.

Boécio, o ‘último romano’, um dos mais importantes nomes da história da educação, foi encarregado pelo rei Teodorico de organizar a cultura no reino ostrogodo. Conhecedor profundo da ciência e da filosofia grega, Boécio empreende um projeto pedagógico realista: uma cultura de resumos. Ele sabe que o esplendor da cultura grega e romana desapareceu e que a nova realidade são os ostrogodos, incapazes de ascenderem às alturas do mundo clássico. E empreende, na corte do rei, uma pedagogia de traduções e conteúdos mínimos: a

imponente geometria de Euclides, a aritmética, a astronomia... são reduzidas a livrinhos elementares e sumaríssimos. Embora suas ambições para a filosofia fossem muito maiores, sua trágica morte (em 525, quatro anos antes do aparecimento da ordem beneditina) deixou o Ocidente sem traduções de Platão e com muito pouco de Aristóteles.

Boécio, uma inteligência superior, tinha talento para muito mais do que para resumos e traduções, mas, como grande educador, optou pela tarefa exigida por sua época: o trabalho obscuro e pouco original de elaboração de sementes secas, que pudessem um dia, em futuro longínquo, germinar, florescer e frutificar.

Cassiodoro, também um culto romano, colega de Boécio na corte de Teodorico, percebeu que não havia condições de cultivo do saber na tumultuada corte do reino bárbaro e, em 555, funda o mosteiro de Vivarium, marco importante na história da educação. Curiosamente, os bárbaros, em geral, respeitavam o espaço sagrado do mosteiro e Vivarium torna-se um paradigma para a Europa: a partir de então, o mosteiro será não só um lugar de oração, mas também de cultura: de estudo e cópia de livros e de ensino elementar.

Nos séculos XII e XIII, ocorrem mudanças significativas: intensifica-se a urbanização e muda também o centro de gravidade da educação: das escolas monásticas para as escolas catedrais e as nascentes universidades. Surgem as ordens mendicantes, os dominicanos (à qual Tomás se filiará) e os franciscanos; renascem as ciências e redescobre-se Aristóteles (inicialmente por meio de traduções do árabe na Espanha reconquistada) etc.

Se na primeira Idade Média, o pensamento estivera praticamente limitado aos livros de *Sentenças*, compilação de pensamentos dos santos padres, e à preservação com pouco desenvolvimento daquela ‘cultura de resumos’, legada por Boécio, Cassiodoro ou Isidoro de Sevilha; agora, com o renascimento cultural do séc. XII, já podem ser elaboradas as *Sumas*, grandiosas sínteses pessoais, como a *Suma Teológica* de Tomás.

Nesse ambiente de efervescência intelectual é que se desenvolve, contra a corrente, o pensamento de Tomás, um dos primeiros membros da ordem dominicana e um dos primeiros grandes professores da Universidade de Paris, ambas fundadas em 1215.

Os três pontos do pensamento de Tomás que aqui destacaremos, por seu interesse pedagógico, estão, na verdade, interligados: em torno do conceito central de Criação. ‘Porque’ o mundo é criação, o corpo e a matéria, são essenciais ao ser que Deus deu ao homem. Tomás assume

corajosamente o ser corporal do homem em todas as suas dimensões, que incluem, evidentemente, o conhecimento, a aprendizagem e a educação. Por ser criado, por ter recebido esse ser corpóreo, acentua-se o caráter ‘negativo’ da filosofia e da teologia: nosso conhecimento (e nossa linguagem) não consegue abranger Deus nem as coisas, que foram ‘criadas’ pelo *Logos*, a Inteligência divina. Assim, se a realidade é mistério para o homem, suas decisões de ação, que ainda por cima estão inseridas na concretude do ‘aqui e agora’, não podem ser diretamente guiadas por certezas abstratas, mas pela virtude pessoal do discernimento da decisão certa: a *prudentia*.

### O homem como intrínseca união espírito-matéria

No centro da filosofia da educação de Tomás, encontra-se a tese fundamental de sua antropologia: *anima forma corporis*, a profunda unidade, no homem, entre espírito e matéria: a alma é forma substancial, em intrínseca união com a matéria.

Essa tese, originariamente aristotélica, não era, como se sabe, bem vista nos meios teológicos da época: era considerada perigosa para um cristianismo que não valorizava a matéria e o corpo; a doutrina teológica dominante pretendia uma concepção demasiadamente espiritualista do homem: o homem possuiria três almas e ‘a alma’ verdadeiramente importante seria a espiritual (e não as duas corpóreas: sensitiva e vegetativa) e a condição carnal era considerada antes um estorvo para a elevação do espírito.

Contra essas antropologias ‘angelistas’, Tomás - corajosa e decididamente - afirma o homem total, com a ‘intrínseca’ união espírito-matéria, pois a alma é ‘forma’: co-princípio ordenado para a ‘intrínseca’ união com a matéria. Quando Tomás diz: “É evidente que o homem não é só a alma, mas um composto de alma e de corpo” (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* I, 75, 4)<sup>1</sup> esse ‘é evidente’, na verdade, refere-se à verdade das coisas e não às opiniões teológicas de seu tempo...

Esse ‘materialismo’ de Tomás está presente informando todo seu pensamento, por exemplo: quando discute o jejum excessivo nas questões de *Quodlibet*, dirá que o jejum é sem dúvida pecado (*absque dubio peccat*) quando debilita a natureza a ponto de impedir as ações devidas: que o pregador pregue, que o professor ensine, que o cantor cante..., que o marido tenha potência sexual para atender sua esposa! Aquele que assim se abstém de comer ou de dormir, oferece a Deus um holocausto que é fruto

<sup>1</sup>Todas as citações do Aquinate procedem do texto latino da edição eletrônica das obras completas de Tomás de Aquino de Busa (1992).

de um roubo (TOMÁS DE AQUINO, *Quodl.* 5, q. 9, a. 2, c)<sup>2</sup>.

Tomás aceita tão completamente o corpo como integrante essencial da realidade do ser humano, que esta união se projeta até na operação espiritual que é o conhecimento intelectual: "A alma necessita do corpo para conseguir o seu fim, na medida em que é pelo corpo que adquire a perfeição no conhecimento e na virtude" (TOMÁS DE AQUINO, *Contra Gentiles* 3, 144).

E contra aquela tradição teológica que afirmava a iluminação imediata da inteligência humana por Deus (para o Aquinate Deus nos deu sua luz, dando-nos o intelecto), Tomás afirma que só podemos chegar às idéias mais abstratas e às considerações mais espirituais a partir da realidade sensível, material, concreta:

O intelecto humano, que está acoplado ao corpo, tem por objeto próprio a natureza das coisas existentes corporalmente na matéria. E, mediante a natureza das coisas visíveis, ascende a algum conhecimento das invisíveis (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* I, 84, 7).

Nesta afirmação resume-se a própria estrutura ontológica do homem. E, insistamos, mesmo as realidades mais espirituais só são alcançadas, por nós, através do sensível:

Ora [prossegue Tomás], tudo o que nesta vida conhecemos, é conhecido por comparação com as coisas sensíveis naturais (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* I, 84, 7).

Esse voltar-se para o concreto, para o sensível, marca profundamente não só a pedagogia, mas é mesmo uma chave de interpretação todo o pensamento de Tomás de Aquino.

Um outro exemplo. A autoridade de Agostinho havia estabelecido (como no *De Trinitate*, sobretudo no livro XV) a memória como a primeira realidade do espírito, da qual procedem o pensar e o querer: é portanto um reflexo de Deus Pai, do qual procedem o Verbo e o Espírito Santo.

O jovem Tomás do *Comentário às Sentenças* ainda fala de três potências espirituais: memória, inteligência e vontade. Mas na *Summa* e no *De Veritate* rompe com essa visão, situando a memória como uma faculdade sensível. Por exemplo, quando

<sup>2</sup>"Et ideo huiusmodi sunt adhibenda cum quadam mensura rationis: ut scilicet concupiscentia devitetur, et natura non extinguitur; secundum illud Ad Rom., XII, 1: "exhibeatis corpora vestra hostiam viventem; et postea subdit: rationalib[us] obsequium vestrum. Si vero aliquis in tantum virtutem naturae debilitet per ieiunia et vigiliis, et alia huiusmodi, quod non sufficiat debita opera exequi; puta praedicator praedicare, doctor docere, cantor cantare, et sic de aliis; absque dubio peccat; sicut etiam peccaret vir qui nimia abstinentia se impotenter redderet ad debitum uxori reddendum. unde Hieronymus dicit: "De rapina holocaustum offerat qui vel ciborum nimia egestate vel somni penuria immoderate corpus affligit; et iterum rationalis hominis dignitatem amittit qui ieiunium caritatis, vigilius sensus integratit praefert" (TOMÁS DE AQUINO, *Quodl.* 5, q. 9, a. 2, c).

na *Summa*, explica que a memória é parte da Prudência, afirma:

A prudência aplica o conhecimento universal aos casos particulares, dos quais se ocupam os sentidos. Daí que a prudência requer muito da 'parte sensitiva', na qual se inclui a memória' (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* I-II, 49, 1 ad 1).

Para além de todas as distinções (é evidente que há uma dimensão da memória que é intelectual - lembrar de um teorema - etc.) e tendo em conta que no homem tudo está integrado pela alma..., a memória é fundamentalmente sensorial.

O sensorial perpassa a pedagogia de Tomás, como quando, ao apontar as leis fundamentais da memória diz que para nos lembrarmos devemos estabelecer semelhanças (*similitudines*) adequadas para o que se quer recordar. Mas, afirma, não semelhanças usuais, pois guardamos melhor o invulgar. E, assim, prossegue o Aquinate, é necessário encontrar semelhanças, metáforas ou imagens, pois as realidades espirituais facilmente se esvaem se não estão 'amarradas' a alguma semelhança corpórea (*nisi quibusdam similitudinibus corporalis quasi alligentur*). E isto, conclui, porque o conhecimento humano é mais forte com relação ao sensível (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* II-II, 49, 1 ad 2).

### A primazia da virtude da prudentia

É difícil subestimar a importância da virtude da Prudência, a principal das virtudes cardeais (prudência, justiça, fortaleza e temperança), no pensamento de Tomás: não é que ela seja a primeira *inter pares*, mas é principal em uma ordem superior, é a mãe das virtudes, *genitrix virtutum* (TOMÁS DE AQUINO, *In III Sent.*, d 33, q 2, a 5, c) e a guia das virtudes, *auriga virtutum* (TOMÁS DE AQUINO apud BUSA, *In IV Sent.*, d 17, q 2, a 2, dco).

Por mais destacada, porém, que seja a importância histórica do *Tratado da Prudência* de Tomás, seu interesse transcende o âmbito da história das ideias e instala-se - superadas as naturais barreiras de linguagem dos 750 anos que nos separam do Aquinate - no diálogo direto com o homem do nosso tempo, como rica contribuição para alguns de seus mais urgentes problemas existenciais.

Além do mais, a doutrina sobre a prudência tem o condão de expressar, de modo privilegiado, as diretrizes fundamentais de todo o filosofar de Tomás.

Para bem avaliar o significado e o alcance do *Tratado da Prudência* é necessário, antes de mais nada, atentar para o fato de que *prudência* é uma

daquelas tantas palavras fundamentais que sofreram desastrosas transformações semânticas com o passar do tempo: aquela palavra que originalmente designava uma qualidade positiva, esvazia-se de seu sentido inicial ou passa até a designar uma qualidade negativa.

‘Prudência’ já não designa hoje a grande virtude, mas sim a conhecida cautela (um tanto oportunista, ambígua e egoísta) ao tomar (ou ao não tomar...) decisões. Se hoje a palavra *prudência* tornou-se aquela egoísta cautela da indecisão ‘em cima do muro’; em Tomás, ao contrário, ela expressa exatamente o oposto da indecisão: é a arte de decidir-se corretamente, isto é, com base não em interesses oportunistas, não em sentimentos piegas, não em impulsos, não em temores, não em preconceitos etc., mas, unicamente, com base na ‘realidade’: em virtude do límpido conhecimento do ser. É este conhecimento do ser que é significado pela palavra *ratio* na definição de *prudentia*: *recta ratio agibilitum*, ‘reta razão aplicada ao agir’, como repete, uma e outra vez, Tomás.

Prudência é ver a realidade e, com base nessa visão, tomar a decisão certa. Por isso, como repete Tomás, não há nenhuma virtude moral sem a prudência, e mais: “sem a prudência, as demais virtudes, quanto maiores fossem, mais dano causariam” (TOMÁS DE AQUINO, *III Sent.* d 33, q 2, a 5, sc 3). Com as alterações semânticas, porém, tornou-se intraduzível, para o homem de nosso tempo, uma sentença de Tomás como: “a *prudentia* é necessariamente corajosa e justa”<sup>3</sup>.

Sem esse referencial, fundamentados em quê tomamos nossas decisões? Quando não há a *simplicitas*, a simplicidade da prudência que se volta para a realidade como único ponto decisivo na decisão, ela acaba sendo tomada, como dizíamos, com base em diversos outros fatores: por preconceitos, por interesses interesseiros, por impulso egoísta, pela opinião coletiva, pelo ‘politicamente correto’, por inveja ou por qualquer outro vício...

Para o educador, é interessante notar que o *Tratado da Prudência* de Tomás é o reconhecimento de que a direção da vida é competência da pessoa e o caráter dramático da *prudentia* se manifesta claramente quando Tomás mostra que não há ‘receitas’ de bem agir, não há critérios comportamentais operacionalizáveis, porque – e esta é outra constante no Aquinate – a *prudentia* versa sobre ações contingentes, situadas no ‘aqui e agora’.

<sup>3</sup>“Nec prudentia vera est quae iusta et fortis non est” (TOMÁS DE AQUINO., *Summa Theol.* I-II, 65, 1).

E é que a *prudentia* é virtude da inteligência, mas da inteligência do concreto: a *prudentia* não é a inteligência que versa sobre teoremas ou princípios abstratos e genéricos, não!; ela olha para o ‘tabuleiro de xadrez’ da situação ‘aqui e agora’, sobre a qual se dão nossas decisões concretas, e sabe discernir o ‘lance’ certo, moralmente bom. E o critério para esse discernimento do bem é: a realidade!

Saber discernir, no emaranhado de mil possibilidades que esta situação me apresenta (que devo dizer a este aluno?, compro ou não compro?, caso-me ou não?, devo responder a este mail? etc.), os bons meios concretos que me podem levar a um bom resultado, à plenitude da minha vida, minha realização enquanto homem. E para isto é necessário ver a realidade concretamente. De nada adiantam os bons princípios abstratos, sem a *prudentia* que os aplica – como diz Tomás – ao ‘outro polo’: o da realidade (que significa ‘amar o próximo’ nesta situação concreta?).

A condição humana é tal que – muitas vezes – não dispomos de regras operacionais concretas: sim, há um certo e um errado objetivos, um *to be or not to be* pendente de nossas decisões, mas não há regra operacional. Tal como para o bom lance no xadrez, há até critérios gerais objetivos... mas não operacionais concretos!

Nessa mesma linha, está a agudíssima página de Guimarães Rosa (1967, p. 366), todo um tratado de filosofia da educação moral nas palavras do jagunço Riobaldo:

Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pelejei para achar, era uma só coisa - a inteira - cujo significado e vislumbrado dela eu vejo que sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver - e essa pauta cada um tem - mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar; como é que sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber? Mas, esse norteado, tem. Tem que ter. Se não, a vida de todos ficava sendo sempre o confuso dessa doideira que é. E que: para cada dia, e cada hora, só uma ação possível da gente é que consegue ser a certa. Aquilo está no encoberto: mas, fora dessa consequência, tudo o que eu fizer, o que o senhor fizer, o que o beltrano fizer, o que todo-o-mundo fizer, ou deixar de fazer, fica sendo falso, e é o errado. Ah, porque aquela outra é a lei, escondida e vivível mas não achável, do verdadeiro viver: que para cada pessoa, sua continuação, já foi projetada, como o que se põe, em teatro, para cada representador - sua parte, que antes já foi inventada, num papel [...].

Trata-se assim de uma ‘inteligência’ moral, a insubornável fidelidade ao real, que aprende da experiência e, portanto, requer a memória como virtude associada: a memória fiel ao ser.

Se ver a realidade é uma parte da prudência; a outra parte, ainda mais decisiva (literalmente) é transformar a realidade vista em decisão de ação, em comando: de nada adianta saber o que é bom, se não há a decisão de realizar este bem...

O nosso tempo, que se esqueceu até do verdadeiro significado da clássica *prudentia*, atenta contra ela de diversos modos: em sua dimensão cognoscitiva (a capacidade de ver o real, por exemplo, aumentando o ruído – exterior e interior – que nos impede de ‘ouvir’ a realidade) e em sua dimensão prescritiva, no ato de comandar: o medo de enfrentar o peso da decisão, que tende a paralisar os imprudentes (pois, insistamos, a prudência toma corajosamente a decisão boa!).

A grande tentação da imprudência (sempre no sentido clássico) é a de delegar a outras instâncias o peso da decisão que, para ser boa, depende só da visão da realidade. Há diversas formas dessa abdicação: do abuso de reuniões desnecessárias à delegação das decisões a terapeutas, comissões, analistas e gurus, passando por toda sorte de consultas esotéricas.

Uma das mais perigosas formas de renúncia a enfrentar a realidade (ou seja, a renúncia à *prudentia*) é trocar essa fina sensibilidade de discernir o que, naquela situação concreta, a realidade exige por critérios operacionais rígidos, como num ‘Manual de escoteiro moral’ ou, no campo do direito, num estreito legalismo à margem da justiça. É também o caso do radicalismo adotado por certas propostas religiosas. Tal como o *Ministério do Vício e da Virtude* do antigo regime Talibán, algumas comunidades cristãs - em vez de afirmar o direito (e o dever) do fiel de discernir o que é bom em cada situação pessoal concreta - simplificam grosseiramente: em caso de dúvida, é pecado e pronto!

O *Tratado da Prudência* de Tomás é o reconhecimento de que a direção da vida é competência da pessoa e o caráter dramático da prudência se manifesta claramente quando Tomás mostra que não há ‘receitas’ de bem agir, não há critérios comportamentais operacionalizáveis, porque - e esta é outra constante no *Tratado* - a prudência versa sobre ações contingentes, situadas no ‘aqui e agora’.

E é que a prudência é virtude da inteligência, mas da inteligência do concreto: a prudência não é a inteligência que versa sobre teoremas ou princípios abstratos e genéricos, não!; ela olha para o ‘tabuleiro

de xadrez’ da situação ‘aqui e agora’, sobre a qual se dão nossas decisões concretas, e sabe discernir o ‘lance’ certo, moralmente bom. E o critério para esse discernimento do bem é: a realidade! Saber discernir, no emaranhado de mil possibilidades que esta situação me apresenta (que devo dizer a este aluno?, compro ou não compro?, caso-me ou não?, devo responder a este *mail*? etc.), os bons meios concretos que me podem levar a um bom resultado, à plenitude da minha vida, minha realização enquanto homem. E para isto é necessário ver a realidade concretamente. De nada adiantam os bons princípios abstratos, sem a *prudentia* que os aplica - como diz Tomás - ao ‘outro polo’: o da realidade (que significa ‘amar o próximo’ nesta situação concreta?).

A condição humana é tal que - muitas vezes - não dispomos de regras operacionais concretas: sim, há um certo e um errado objetivos, um *to be or not to be* pendente de nossas decisões, mas não há regra operacional. Tal como para o bom lance no xadrez, há até critérios gerais objetivos... mas não operacionais concretos!

Por mais que nosso tempo insista em querer eliminar a verdade objetiva, no fundo sabemos que há certo e ‘errados’ objetivos e que a decisão do agir é um problema de *ratio*, de *recta ratio*... Quando, diante de uma ação, perguntamos ‘por quê?’, estamos perguntando é pela ‘razão’ (*reason, raison...*): ‘Por que razão você fez isto?’. E o mesmo ocorre quando, diante de uma ação, dizemos: ‘É, você tem razão...’, ‘está coberto de razão’, etc. E para uma ação que é um grave mal moral, dizemos: ‘Que absurdo!!’ (falta *razão*).

Isto não quer dizer que a pessoa tenha sempre uma justificativa racional pronta, consciente para cada ato. A prudência decide bem, mas com a espontaneidade da virtude. Aliás, segundo Tomás, a função da virtude (como a de todo hábito em geral) é precisamente a de permitir realizar o ato com facilidade, ‘espontaneamente’, com um certo ‘automatismo’ que não tira a liberdade, antes pelo contrário... (quem objetaria a espontaneidade adquirida – após árduos esforços – dos hábitos para extrair acordes do piano, falar uma língua estrangeira ou andar de bicicleta?).

Trata-se, portanto, de uma ‘inteligência’ moral, da insubornável fidelidade ao real, que aprende da experiência e, portanto, como víamos, requer a memória como virtude associada: a memória fiel ao ser. No artigo dedicado à virtude da *memoria*, Tomás observa que não pode o homem reger-se por

verdades necessárias, mas somente pelo que acontece *in pluribus* (geralmente).

Note-se que esta é também a razão da insegurança em tantas decisões humanas: a *prudentia* traz consigo aquele enfrentamento do peso da incerteza, que tende a paralisar os imprudentes.

É dessa dramática imprudência da indecisão, que falam alguns clássicos da literatura: do *to be or not to be...* de *Hamlet* aos dilemas kafkianos (o remorso impõe-se a qualquer decisão), passando pelo *Grande Inquisidor* de Dostoiévski, que descreve “[...] o homem esmagado sob essa carga terrível: a liberdade de escolher [...]” (DOSTOIÉVSKI, [19--], p. 226) e apresenta a massa que abdicou da prudência e se deixa escravizar, preferindo “[...] até mesmo a morte à liberdade de discernir entre o bem e o mal” (DOSTOIÉVSKI, [19--], p. 225). E, assim, os subjugados declararam de bom grado: “Reduzi-nos à servidão, contanto que nos alimenteis” (DOSTOIÉVSKI, [19--], p. 224).

É interessante observar que, desde a tenra infância, o drama da decisão, nos era proposto sob diversas formas. Éramos advertidos de que a vida – *fortuna velut luna...* – era uma ciranda na qual ‘vamos todos cirandar’, e que junto com juras de amor eterno vinham anéis de vidro:

[...] o anel que tu me deste  
era vidro e se quebrou  
o amor que tu me tinhas  
era pouco e se acabou.

E a inveja e a eterna insatisfação humana eram ludicamente desmascaradas: a galinha do vizinho é que bota ovo amarelinho (e ainda por cima: bota um, dois,..., dez!).

E aprendíamos que a prudência só vem com a experiência: “enganei um bobo, na casca do ovo...”.

E mais: na ingenuidade da infância, assumíamos nossa incapacidade de realizar as escolhas fundamentais (como a de ter que decidir quem é que ia se encarregar da triste missão de jogar no gol...) e as confiávamos claramente à cega sorte (“lá em cima do piano tem um copo de veneno...” ou “minha mãe mandou escolher este daqui...”, ou ainda o “bem-me-quer”, “uni, duni, tê” etc.).

Hoje, adultos, não adotamos mais esse critério (que, pelo menos, tinha a vantagem de sinceramente reconhecer a incapacidade de decidir). Nós pretendemos não necessitar de uma virtude (toda a profunda antropologia das virtudes cardeais nem sequer está mais em nosso campo de visão...), pois presumimos dispor de recursos técnicos ou científicos que permitam tornar dispensável o âmbito moral, a

virtude cardeal da prudência. Mas, não por acaso, ‘cardeal’ vem da palavra latina *cardus*, gonzo, eixo em torno do qual se abre a porta (a porta da realização humana, do *to be*). Abdicar da *Prudentia*, a cardeal das cardeais, significa perder o eixo, o gonzo, tornar-se desengonçado existencialmente! Abdicar da prudência é abdicar da realidade e confiarmos a um *Ersatz* – como ao Grande Inquisidor – as decisões fundamentais da existência...

### A *Prudentia* no pensamento ‘negativo’ de Tomás

Neste tópico procuraremos mostrar como a doutrina da prudência tem um caráter revelador de todo o posicionamento filosófico-teológico de Tomás.

Esse posicionamento é o de uma *theologia negativa* e de uma *philosophia negativa*. Precisamente pela ignorância desse decisivo caráter ‘negativo’ no pensamento de Tomás é que ele tem sido frequentemente mal compreendido, até pelos tomistas. Aliás, o filosofar de Tomás é tal que é incompatível com um ‘tomismo’<sup>4</sup>, com um ‘sistema’ filosófico ou com um racionalismo (e tantas vezes Tomás tem sido injustiçado com o rótulo de racionalista).

Examinemos três instâncias desse caráter negativo no pensamento de Tomás.

No que diz respeito ao conhecimento, Tomás assume uma *philosophia negativa*. Para a descrição desse posicionamento, recorremos à incomparável análise de Josef Pieper (2000, p. 29-30):

Limitamo-nos a falar apenas da *philosophia negativa* – embora Tomás tenha formulado também os princípios de uma *theologia negativa*. Certamente este traço também não aparece com clareza nas interpretações usuais; freqüentemente é até ocultado. Será raro encontrar menção do fato de a discussão sobre Deus da *Summa Theologica*<sup>5</sup> começar com a sentença: ‘Não podemos saber o que Deus é, mas sim, o que Ele não é’. Não pude encontrar um só compêndio de filosofia tomista, no qual se tenha dado espaço àquele pensamento, expresso por Tomás em seu *Comentário ao De Trinitate* de Boécio (I, 2 ad 1): o de que há três graus do conhecimento humano de Deus. Deles, o mais fraco é o que reconhece Deus na obra da criação; o segundo é o que O reconhece refletido nos seres espirituais e o estágio superior reconhece-O como o

<sup>4</sup> Josef Pieper (1981, p. 27), talvez o melhor intérprete de Tomás em nosso tempo, afirma: “Não pode haver um ‘tomismo’ porque a grandiosa afirmação que representa a obra de S. Tomás é grande demais para isso [...]. S. Tomás nega-se a escolher algo; empreende o imponente projeto de ‘escolher’ tudo [...]. A grandeza e a atualidade de Tomás consistem precisamente em que não se lhe pode aplicar um ‘ismo’, isto é, não pode haver propriamente um ‘tomismo’ (‘propriamente’, isto é: não pode haver enquanto se entenda por ‘tomismo’ uma especial direção doutrinária caracterizada por asserções e determinações polêmicas, um sistema escolar transmissível de princípios doutrinais)”.

<sup>5</sup> Quia de Deo scire non possumus quid sit sed quid non sit, non possumus considerare de Deo quomodo sit, sed potius quomodo non sit - *Summa Theologica* I, 3 prologus.

Desconhecido: *tamquam ignotum!* E tampouco encontra-se aquela sentença das *Quaestiones disputatae*: 'Este é o máximo grau de conhecimento humano de Deus: saber que não O conhecemos', *quod (homo) sciat se Deum nescire* (*Quaest. Disp. de potentia Dei*, 7, 5 ad 14). E, quanto ao elemento negativo da *philosophia* de Tomás, encontramos aquela sentença sobre o filósofo, cuja dedicação ao conhecimento não é capaz sequer de esgotar a essência de uma única mosca. Sentença que, embora esteja escrita em tom quase coloquial, num comentário ao *Symbolum Apostolicum* (Cap. I.), guarda uma relação muito íntima com diversas outras afirmações semelhantes. Algumas delas são espantosamente 'negativas' como, por exemplo a seguinte: *Rerum essentiae sunt nobis ignotae; 'as essências das coisas nos são desconhecidas'* (*Quaest. Disp. de veritate* 10, 1.). E esta formulação não é, de modo algum, tão incomum e extraordinária, quanto poderia parecer à primeira vista. Seria facilmente possível equipá-la (a partir da *Summa Theologica*, da *Summa contra Gentes*, dos *Comentários* a Aristóteles, das *Quaestiones disputatae*) a uma dúzia de frases semelhantes: *Principia essentialia rerum sunt nobis ignota* (*In De Anima* 1, 1, 15.); *formae substancialis per se ipsas sunt ignotae* (*Quaest. disp. de spiritualibus criaturis*, 11 ad 3.); *differentiae essentiales sunt nobis ignotae* (*Quaest. Disp. de veritate* 4, I ad 8.). Todas elas afirmam que os 'princípios da essência', as 'formas substanciais', as 'diferenças essenciais' das coisas, não são conhecidas.

### Considerações finais

Esse caráter 'negativo' informa também seu modo de fazer teologia, teologia essencialmente bíblica. Contra as *rationes necessariae* de um Anselmo, contra a pretensão de deduzir logicamente as verdades da fé, Tomás afirma o mistério para o homem, contraponto da liberdade de Deus: "Não há nenhum argumento de razão, naquelas coisas que são de fé" (TOMÁS DE AQUINO, *III Sent.* d 1, q 1, a 2, c).

E na questão: "Se Deus teria se encarnado se não tivesse havido o pecado do homem", Tomás recolhe como objeções os argumentos tradicionais na Escolástica: "Sim, a Encarnação necessariamente ocorreria, pois a perfeição pressupõe a união do primeiro - Deus - com o último, o homem"; ou: "Seria absurdo supor que o pecado tivesse trazido para o homem a vantagem da Encarnação e que, portanto, necessariamente, teria havido Encarnação, mesmo sem o pecado [...]" Tomás, em sua resposta, refuta categoricamente essas objeções, afirmando: "A verdade sobre esta questão só pode conhecê-la Aquele que nasceu e se entregou 'porque quis'" (TOMÁS DE AQUINO, *III Sent.* d 1, q 1, a 3, c)<sup>6</sup>.

<sup>6</sup>Este exemplo está em Pieper (1978). O capítulo XI é indispensável para este tema.

Nesse quadro 'negativo', pode-se compreender melhor o significado da *prudentia* em Tomás: porque não conhecemos completamente as coisas, não podemos ter a certeza matemática nem critérios operacionais para discernir o bem; para a boa decisão moral, precisamos das (frágeis e incertas) luzes da *prudentia*: ter a memória do passado, examinar as circunstâncias (e as circunstâncias como fonte de moralidade detonam qualquer tentativa de espalhar a conduta em 'manuals de escoteiro' morais), recorrer ao conselho (não por acaso, com a supressão da *prudentia* na pregação da Igreja contemporânea, 'conselho' deixou de significar aconselhar-se a si mesmo e passou só a significar conselho dado por outro), etc.

E é que também no que se refere à *prudentia*, estão, como pano de fundo, os dois elementos-chave de Tomás: mistério e liberdade. Afirmar a *prudentia* é afirmar que cada pessoa é a protagonista de sua vida, só ela é responsável, em suas decisões livres, por encontrar os meios de atingir seu fim: a sua realização. Esses meios não são determináveis *a priori*; pertencem, pelo contrário, ao âmbito do contingente, do particular, do incerto do futuro e, necessariamente, a *prudentia* se faz acompanhar da insegurança, da necessária insegurança que acompanha toda vida autenticamente humana. Afinal, para Tomás, o que o conceito de pessoa acrescenta à essência humana é precisamente a individualidade concreta:

[...] alma, carne e osso, são configuradores do homem (*sunt de ratione hominis*); mas esta alma, esta carne e estes ossos são configuradores deste homem (*sunt de ratione huius hominis*) e assim 'pessoa' acrescenta à configuração da essência os princípios individuais (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.* I, 29, 2 ad 3).

Qualquer atentado contra a *prudentia* tem como pressuposto a despessoalização, a falta de confiança na pessoa, considerada sempre 'menor de idade' e incapaz de decidir e, portanto, devendo transferir a direção de sua vida para outra instância: a igreja, o estado etc. Em qualquer caso, isso é sempre muito perigoso. Como é perigoso que a educação não se lembre dessa virtude...

### Referências

- BUSA, R. *Thomae Aquinatis Opera Omnia cum hypertextibus*. Milano: Editoria Elettronica Editel, 1992. 1 CD-ROM.
- DOSTOIÉVSKI, F. *Os Irmãos Karamázovi*. São Paulo: Ed. Ouro, [19--].
- GUIMARÃES ROSA. *Grande sertão: veredas*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- PIEPER, J. *Scholastik*. München: DTV. 1978.

PIEPER, J. **Thomas von Aquin**: Leben und Werk. München: DTV. 1981.

PIEPER, J. Luz inabarcável. O elemento negativo na filosofia de Tomás de Aquino. **Revista Convenit**. n. 1, art. 3, 2000, p. 21-32. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit/jp1.htm>>. Acesso em: 17 fev, 2012.

*Received on February 6, 2012.*

*Accepted on March 12, 2012*

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.